

O COLONIALISMO PRESENTE NA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E NA ESTRUTURA SINDICAL DO BRASIL (1930 A 1970).

PINTO, Francisco Anchieta Pinheiro¹

OLIVEIRA, Ana Neide Soares de²

RESUMO

O ensaio aqui desenvolvido busca compreender as mudanças ocorridas na sociedade brasileira dos anos de 1930 a 1970, com ênfase na compreensão dos processos dialéticos de contradição entre o dominador e o dominado; entre a classe trabalhadora, seus meandros de formação e as novas faces do colonialismo que, revigorado sob a égide do assessoramento internacional, se reinventa, negando qualquer premissa que o conforma como forma arcaica superada. No bojo da construção de seus modos de ressurgimento, em especial o do sonho americano de liberdade e desenvolvimento para as nações necessitadas, analisamos, na era do governo de Getúlio Vargas e nas décadas imediatamente posteriores à 2ª Guerra, aspectos imprescindíveis da relação entre o governo, a força de trabalho e os recursos estratégicos usados na formação e no controle da mão de obra, destacando a engenharia dos procedimentos constitutivos da relação de legitimação do capital pelo seu agente indissociável: o colonialismo. Entre tais procedimentos, o acordo USAID-MEC, a parceria na criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, os convênios inerentes à educação tecnicista e o controle das normas de ordenamento da organização sindical. Com rigor, a análise advoga em favor de uma luta contrária à expropriação capitalista ou a qualquer assistencialismo internacional que enxergue nas nações latino-americanas apenas um ambiente político para fins de reprodução da ordem capitalista, afastado por inteiro dos processos de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo, educação, relação capital-trabalho, organização sindical.

RESUMEN

El ensayo aquí desarrollado busca comprender los cambios ocurridos en la sociedad brasileña desde los años treinta hasta los setenta, con énfasis en la comprensión de los procesos dialéticos de contradicción entre el dominador y el dominado; entre la clase obrera, sus entresijos de formación y las nuevas caras del colonialismo que, revitalizado bajo la égida del consejo internacional, se reinventa a sí mismo, negando cualquier premissa que lo convierta en una forma arcaica, obsoleta. A raíz de la construcción de sus modos de resurgimiento, especialmente el sueño americano de libertad y desarrollo para las naciones necesitadas, analizamos, en la era del gobierno de Getúlio Vargas y en las décadas inmediatamente posteriores a la Segunda Guerra Mundial, aspectos esenciales de la relación entre el gobierno, la fuerza de trabajo y los recursos estratégicos utilizados en la formación y control de la fuerza de trabajo, destacando la ingeniería de los procedimientos constitutivos de la relación de legitimación del capital por parte de su agente inseparable: el colonialismo. Entre tales procedimientos, el convenio USAID-MEC, la alianza en la creación de la Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, los convenios inherentes a la educación técnica y el control de las estructuras sindicales de los trabajadores, por parte del Estado. Estrictamente, el análisis aboga por una lucha contra la expropiación capitalista o cualquier asistencia internacional que vea en las naciones latinoamericanas solo un entorno político a efectos de reproducción del orden capitalista, totalmente alejado de los procesos de transformación social.

PALABRAS CLAVE: Colonialismo, educación, relación capital-trabajo, organización sindical.

1 Ex-professor de Literatura Brasileira na FECLI-UECE. Mestre em Letras, UFC. Servidor da UERN.

2 Graduada em Direito, UFC e em Serviço Social, UECE. Especialista em Política Social, UECE. Servidora da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza-CE.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Os fatos históricos podem ser narrados de perspectivas diversas. De um lado, uma apresentação dos fatos em um determinado período, pode desconsiderar os contextos social, político, econômico, racial, antropológico, cultural etc. De outro lado, esses fatos podem ser narrados a partir desses contextos e da ideologia de quem os conta. A condução ideológica do campo da verdade e o domínio do conhecimento científico são fundamentos com os quais se alimenta e se nutre(iu) a História que as classes dominantes precisam/precisaram escrever para si. Nesse sentido, a escrita deste texto reflexivo buscará compreender que, se no colonialismo histórico a apropriação indébita dos recursos naturais e culturais legitimou-se pela supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto atual, vigoram outros mecanismos de poder que garantem a persistência da expropriação, como veremos no caso brasileiro. Noutras palavras, este ensaio tem objetivo de refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira dos anos de 1930 a 1970, com ênfase na compreensão dos processos dialéticos de contradição entre o dominador e o dominado; entre a classe produtora, seus meandros de formação e as novas facetas do colonialismo que, revigorado sob a égide do assessoramento internacional, e acordado nas pretensões de desenvolvimento das nações latino-americanas àquele período, se reinventa ou se perpetua no nosso presente, negando qualquer premissa que o conforma como forma arcaica superada. No bojo da construção de seus modernos modos de legitimação, em especial o do sonho americano de liberdade e desenvolvimento para as nações necessitadas, analisamos, na era do governo de Getúlio Vargas e nas décadas imediatamente posteriores à 2ª Guerra, aspectos imprescindíveis da relação entre governo, força de trabalho, setor produtivo, acordos de gestão e outros recursos estratégicos usados na formação para o trabalho, destacando a engenharia dos procedimentos constitutivos da relação de legitimação do capital pelo seu agente indissociável: o colonialismo.

1. POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: AS FORMAÇÕES NA ERA VARGAS

Vale destacar que a nossa história, desde os primórdios, quando os portugueses aqui chegaram, está marcada pela escravização dos africanos(as), na base da força e da violência, pelo progressivo extermínio das comunidades indígenas e pela desvalorização de sua cultura.

Uma história contada por estrangeiros brancos, cristãos, colonizadores que assinalaram uma narrativa de dominação ao abordarem o "descobrimento" do Brasil, tratando índios e negros como mercadorias.

Ora, sabemos que o Brasil já existia. Ele não foi descoberto pelos portugueses. A narrativa do "descobrimento", portanto, desconstrói o que antes já existia — povo, língua, valores, costumes, leis, religião; implantando, por conseguinte, uma cultura de submissão absoluta. Na construção cognitiva de nossos modelos educacionais da Primeira República, essa construção fantasiosa de “descobrimento” e de hegemonia europeia ariana se fortaleceu. Nas décadas posteriores da chamada República Nova, essa perspectiva de subordinação permaneceu incólume. No Brasil, as políticas públicas, também denominadas sociais, são elaboradas a partir dos interesses das classes dominantes, no prisma de garantir a manutenção do capital. Nesse sentido, é preciso manter o povo pacífico para não se rebelar, assegurar a narrativa da submissão, propor uma participação corrompida, abstrata, sob o controle do Estado.

No primeiro governo de Getúlio Vargas, líder de um conturbado movimento político apoiado por militares, a política educacional e a legislação do trabalho representaram pilares para legitimar um Estado opressor, capitalista, (in) vestido de populista. Assim, por intermédio das ações nos supracitados âmbitos da Educação e da Lei do trabalho, pretendeu Getúlio Vargas assegurar a narrativa de submissão e controle das classes populares, conforme abordaremos adiante.

Getúlio Vargas (GV) caiu nas graças da elite brasileira na década de 30, tornando-se no jogo de poder, a expressão do golpe político de 1930. Desde sua ascensão ao poder, GV revelou sua tendência autoritária de governo, um autoritarismo modulado em duas fases iniciais assim compreendidas como: Governo Provisório (1930-1934) e Governo Constitucional (1934-1937); duas fases onde o político gaúcho flertou com os direitos sociais e trabalhistas como estratégias de sustentação do seu populismo. Nessa passagem de tempo, importante destacar a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos, que organizou o ensino secundário e superior no Brasil. Importante destacar que, embora o governo de GV tenha reunido excepcionais condições políticas para alavancar a educação no país, a reforma implementada só alongou uma distância gigante já existente entre o ensino fundamental e médio e o ensino superior. Houve avanço claro, parcial, no tocante à organização do ensino superior, mas as massas trabalhadoras não receberam um ensino público de qualidade, destoando muito daquele oferecido às elites.

Em termos de gestão, o governo de GV inchou a máquina do Estado. Era preciso distribuir cargos políticos dentre os militares e a elite brasileira. Em termos práticos, a face

populista do governo Vargas visava um discurso direto, com concessão de benefícios para o povo, por intermédio da Constituição Federal de 1934, que manteve sob controle a relação entre patrões e operários. De um lado, a classe patronal permanecia acumulando riquezas e explorando as classes trabalhadoras. De outro, essas tiveram suas entidades sindicais aparelhadas pelo Estado, com a promulgação da Carta Magna de 1937. O Movimento Constitucionalista de 1932 desencadeou o processo de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. Esse movimento, no período, fez um mapeamento das forças políticas nas organizações sindicais, partidárias e sociais. Esse cenário influenciou de forma direta na aprovação da Constituição Federal de 1934, em substituição à de 1891. Nesse sentido, a Carta Magna de julho de 1934 espelhou a efervescência política das eleições para a Assembleia Constituinte. Seu objetivo era melhorar as condições de vida da maioria dos brasileiros(as). Sendo assim, a Carta Constitucional de 1934 instituiu leis sobre educação, trabalho, saúde e cultura, ampliando os direitos de cidadania do povo brasileiro e possibilitando a sua participação no processo político do país.

Como consequência, no dia seguinte à promulgação da nova Constituição, Vargas foi eleito presidente do Brasil, em votação indireta realizada na Assembleia Constituinte. Dentre os direitos trabalhistas assegurados na Constituição de 1934, vale destacar a jornada de trabalho de oito horas diárias, as férias remuneradas, o descanso semanal obrigatório, a licença para gestantes e a proibição do trabalho para menores de 14 anos, instituição da carteira de trabalho e do direito a pensões e à aposentadoria. Importante enfatizar, já nesse período, o papel da Justiça do Trabalho, encarregada de dirimir conflitos entre empregados e empregadores.

Configurava-se, com isso, um programa populista para manter sob controle as classes populares. Essa defesa dos direitos trabalhistas na Constituição de 1934, a nosso ver, contribuiu para os setores populares criarem um vínculo afetivo com a figura de Getúlio Vargas. No plano internacional, os políticos associados a GV mantinham um olho ligado nos avanços republicanos dos Estados Unidos e nos governos fortes do mundo europeu, em especial o alemão e o italiano. Todavia, a iminência da guerra dos anos 40 não permitirá ao mandatário brasileiro atravessar a década sem escolher um padrão colonizador para chamar de seu. Aliás, sobre a persistência do colonialismo na atualidade, Boaventura Santos nos alerta que:

Fomos todos tão socializados na ideia de que as lutas de libertação anticolonial [...] puseram fim ao colonialismo que é quase uma heresia

pensar que afinal o colonialismo não acabou, apenas mudou de forma ou de roupagem, e que a nossa dificuldade é sobretudo a de nomear adequadamente este complexo processo de continuidade e mudança. (...). Uma reflexão mais aprofundada dos últimos 60 anos leva-me a concluir que o que quase terminou com os processos de independência do século XX foi uma forma específica de colonialismo, e não o colonialismo como modo de dominação. A forma que quase terminou foi o que se pode designar por colonialismo histórico caracterizado pela ocupação territorial estrangeira. Mas o modo de dominação colonial continuou sob outras formas e, se as considerarmos como tal, o colonialismo está talvez hoje tão vigente e violento como no passado. (SANTOS, 2019, online).

No complexo jogo político que as próprias “autoridades” econômicas do país vão lhe impor, a desculpa da necessária industrialização e a vitória bélica americana cuidarão de selar o destino dessa filiação. Entretanto, ainda nos anos de 1930, GV tratava de, no tabuleiro político, instituir direitos trabalhistas que já não podiam ser negados pela classe patronal. Desse modo, Vargas e a elite dominante pavimentavam o terreno em prol de uma estratégia bem mais significativa na relação de poder: aos trabalhadores seus direitos, em detrimento de um direito maior – a sua organização político-sindical. Portanto, o poder permanecia nas mãos da elite, o capital continuava incólume e as classes populares alijadas do poder político. Tudo sob a cor rosa do populismo paternalista de GV, com o intuito de impedir o conflito de interesses entre os trabalhadores e os donos de indústria. Dessa forma, estando os trabalhadores com as suas atividades sindicais e políticas controladas pela legislação governamental, os representantes do empresariado, na época, mostravam-se dispostos a arcar com os custos que a legislação trabalhista produziria ao longo do tempo. O resultado maior veio ainda nas constituições de 1934 e de 1937.

É oportuno enfatizar que, com a Lei de Sindicalização, instituída em março de 1931, os sindicatos só poderiam funcionar a partir da aprovação governamental. Ademais, esses espaços de organização sindical deveriam contar com 2/3 de filiados nascidos no Brasil. Essa estratégia legislativa de controle permitiu ao governo afastar a participação de trabalhadores imigrantes que difundiam as ideias socialistas e anarquistas em tais organizações. Ocorre que os interesses das classes trabalhadoras manifestados nas contradições sociais, políticas e econômicas, não foram completamente amordaçados pelo Estado. Contudo, o próprio regime do governo Vargas adotou ações repressoras, perseguindo e prendendo os líderes trabalhistas ligados a qualquer atividade política de esquerda. Em seu lugar, assumiam lideranças identificadas com os interesses governamentais, que utilizavam os sindicatos como espaço de divulgação da propaganda oficial e que, em alguns casos, reforçavam seu elo junto ao

governo, por intermédio do controle exercido sobre os recursos financeiros arrecadados pelo denominado imposto sindical, criado em 1937. Nesse momento, ousamos fazer uma intrigante pergunta, com intenção reflexiva: Como o Brasil saltou de um contexto sócio-político de 1934, quando uma parcela dos trabalhadores se sentia protegida pela legislação trabalhista e social, para um novo golpe de Estado em 1937, quando GV instaurou o chamado Estado Novo?

O "Novo", pode-se destacar, foi o reordenamento das classes dominantes – governo e empresariado aliados com os militares. Afinal, era necessário tirar de cena as forças político-sociais que lutavam no Congresso e nos sindicatos contra a tutela do Ministério do Trabalho e seu projeto de impedir a livre organização político-sindical. Pelo que antes foi exposto, percebe-se que foi realizada uma pavimentação política, na estrutura social e econômica, para esse fim. Novas leis foram editadas com o objetivo de consolidar no país uma estrutura sindical pautada no corporativismo. A estratégia governamental era dividir os trabalhadores em categorias para enfraquecer a luta político-sindical.

É uma estratégia que, com o correr das décadas, encontrará ecos de sustentação na própria formação para o trabalho, sob a alegativa de que na sociedade capitalista, as tecnologias específicas de cada modo de produção definem as demandas do sistema educacional. Assim, nessa mecânica intencional de separação útil, saudável ao capitalismo e à lógica de produção, é que será moldado, conformado, um modelo no qual a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico. Retomaremos o assunto alguns parágrafos adiante, quando exploraremos especificamente a questão da formação para o trabalho nas décadas posteriores. No ensejo, é importante observarmos que ambos os recursos de alienação têm elos comuns, tanto pertinentes à questão educacional quanto inerentes à desarticulação política dos trabalhadores. No comum, as verdadeiras intenções da divisão social do trabalho, que sob a condução das manobras persuasivas do capitalismo, intencionam desarmar os trabalhadores em relação à sua condição de ser pensante e membro da coletividade. A divisão social do trabalho desumaniza o homem na medida em que tira sua capacidade de escolha em relação ao seu próprio trabalho, sobre sua vida.

Ainda no governo de GV, com o decorrer do tempo, o Ministério do Trabalho transformou-se em um órgão político estratégico para a construção da imagem de Getúlio como o “pai dos pobres”. A realidade, contudo, revelava-o como a mãe estimada pelos empresários, e amante dos militares.

2. O COLONIALISMO NA DEFORMAÇÃO DA ESTRUTURA SINDICAL

Uma das características centrais da denominada Era Vargas (1930-1945) foi a política de promoção no setor econômico, com o investimento em indústrias de base, como a siderúrgica, a metalúrgica e o setor de energias. Era necessário, então, uma medida político-social para acompanhar essa característica da política econômica. Foi nesse contexto, como vimos, que o governo Vargas implantou a legislação do trabalho. Constata-se um duplo objetivo, conforme anteriormente reportado. Os estudos promovidos pelas historiadoras Heloísa Starling e Lilia Schwarcz, no livro **Brasil: uma biografia**, argumentam isso (SCHAWRCZ & STARLING, 2015). De acordo com esses estudos, se por um lado, Vargas criou as leis de proteção aos trabalhadores, por outro, reprimiu qualquer tentativa de organização da classe trabalhadora fora do controle do Estado, acabou com o sindicalismo autônomo, enquadrando os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado, e excluiu os trabalhadores rurais do acesso aos direitos trabalhistas. Os estudos apontam que as ações governamentais adotadas por GV fundamentam-se no modelo de Estado corporativo desenvolvido pelo líder do fascismo italiano, Benito Mussolini. Com a Carta do Trabalho (Carta del Lavoro -1927), Mussolini conseguiu controlar a livre organização sindical dos operários italianos e desarticular os movimentos comunista e anarquista.

A Constituição de 1937 estabeleceu as diretrizes das políticas sociais e trabalhistas que seriam implementadas no Estado Novo (1937- 1945). Manteve direitos trabalhistas já assegurados na Carta Constitucional de 1934, tais como salário mínimo, férias anuais e descanso semanal. Ademais, a Justiça do Trabalho permaneceu com a sua função de decidir os conflitos entre trabalhadores e patrões. Dessa forma, observa-se que, naquele período, a Justiça do Trabalho pretendia, de um lado, manter a disputa de direitos trabalhistas no âmbito jurisdicional. Evitava, assim, que assuntos dessa natureza pressionassem os sindicatos de trabalhadores. De outro lado, a Justiça do Trabalho tinha a possibilidade de garantir os direitos das classes no poder. Duas alterações, contudo, na Carta Magna de 1937, foram fundamentalmente danosas para a organização sindical no Brasil. Conforme acima comentado, a primeira alteração constitucional foi a de caçar o direito à livre organização sindical dos trabalhadores, de modo que só poderiam atuar os sindicatos organizados por categorias de trabalhadores legalizadas, isto é, autorizadas pelo Ministério do Trabalho. A segunda alteração constitucional, foi a de restabelecer o princípio da unidade sindical. As centrais sindicais foram desativadas. Em seu lugar, surgiram as federações e confederações, isto é, uma forma vertical de organização sindical; portanto, mais centralizadora, e não mais de maneira

horizontal, como as centrais sindicais que antes reuniam trabalhadores de categorias diversas e tinham uma atuação mais democrática.

De modo coadjuvante, com a instituição da contribuição sindical pelo Estado, prevista na Constituição de 1937, o governo manteve os sindicatos em “rédeas curtas”, atribuindo-lhes atividades burocráticas – atendimento médico, odontológico, educação formal para os filhos dos trabalhadores sindicalizados, etc. Com essas atividades desvirtuadas, os sindicatos de trabalhadores tiveram o seu papel, na defesa de direitos sociais, políticos e trabalhistas, esvaziado.

Noutra frente, importa evidenciar que o decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprovou a Consolidação das Leis de Trabalho, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil. Esse decreto-lei possuía 922 artigos e foi assinado por Getúlio Vargas.

Mediante o que até aqui foi exposto, não parece uma postura inteligente negar a luta de classes no Brasil. Com base no pensamento de Darcy Ribeiro, o antagonismo de classes no país corresponde a toda estratificação social, traduzindo desigualdades socioeconômicas e culturais severas, onde poucos gozam de privilégios, em detrimento da maioria da população. Naturalmente, não haveria luta de classes se não existissem situações de conflito que emanam de interesses de grupos socialmente e economicamente díspares, vivendo em ambientes de exploração, agenciados(as) por estruturas ideológicas maiores que sustentam uma dominação.

Em vias de fato, o que caracteriza essa desigualdade no Brasil?

A concentração de uma força de trabalho escrava, constituída desde que os portugueses aqui chegaram e enraizada na formação de nosso povo até hoje. Noutras palavras, o espírito colonial de exploração e predação não feneceu. Com a palavra, Darcy Ribeiro:

O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao Grosso da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais.

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de normas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio. (...). Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente. (RIBEIRO, 2015, p. 20).

Importante destacar, contudo, que quando as classes dominadas se organizam efetivamente, conquistas sociais são percebidas. Foi o que ocorreu no governo provisório de Vargas (1930-1934), com a conquista de direitos trabalhistas, conforme supracitado. Contudo, entra em cena, então, a repressão policial do Estado brasileiro.

3. O COLONIALISMO NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Como já sabemos, desde a Proclamação da República até antes dos anos de 1930, o Brasil era regido pela República Velha, como um país dominado pelas oligarquias agrárias e cafeiras, administrado pela “política do café com leite”, onde paulistas e mineiros se revezavam na hegemonia do poder. Quando em 1930 Getúlio Vargas assume o poder executivo federal, ele cria vários ministérios e nomeia interventores de Estado, modernizando a forma de governar, ponderando os benefícios entre as duas classes sociais da população, a dos abastados e a dos pobres e operários. A segunda fase do seu governo, O Estado Novo, só foi derrubado em 1945, quando a aliança com os Estados Unidos, estreitada em 1941, já rendera frutos econômicos. Em 1951, Getúlio volta ao poder por aclamação popular; e em 1954, sentindo a implacável pressão dos grupos de oposição, Vargas suicida-se.

Ao afastar da Presidência o modelo político que vinha se perpetuando desde 1894, Getúlio pavimentou o caminho para uma significativa e moderna reorientação da política econômica do país. Esse rumo tomado, Vargas deixa claro numa carta de despedida e de chamamento do povo, convidado a tomar as rédeas da sempre urgente modernização do país. Sobre esse momento político do país, já discutimos várias questões acima, entre elas a educacional. Como vimos, mesmo com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1931, houve pouco avanço na modernização e ampliação do ensino primário. Como destaque, vale observar que a Constituição de 1934 estabeleceu a necessidade de um Plano Nacional de Educação, bem como também a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino elementar. Todavia, como um passo adiante, as reformas educacionais nos anos de 1930 e 1940 demonstraram que, nessas décadas, houve mudanças formais e substanciais na educação escolar do país. Entretanto, na Era Vargas, a exaltação do nacionalismo e a falsa ideia de progresso funcionaram como chaves para manter a população presa no obscurantismo e no medo. De certa forma, como a educação está intimamente ligada ao processo político, ela se torna refém manipulável, objeto de repressão e inculcação de valores autoritários.

No geral, a educação na Era Vargas foi implementada através de reformas parciais sem um Plano Nacional de Educação. O ministro Francisco Campos, através de decretos de 1931 e 1932, e Gustavo Capanema, através das leis orgânicas de 1942, trataram parcialmente as questões educacionais. Apenas em 1946, já no governo Eurico Dutra, a Constituição Federal determinou que a União deverá ter a competência de “fixar as diretrizes e bases da educação nacional” possibilitando, portanto, em 1961, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei 4.024/1961). Em verdade, na Era Vargas, ocorreu uma expansão da escola; porém, mantendo a mesma estrutura anterior. A expansão escolar se realizou diante das pressões de demanda provocadas pela inquietação social, o que não “criou, todavia, condições para mudanças mais profundas, permanecendo a estrutura da escola a mesma do antigo regime” (ROMANELLI, 2002, p. 68). Assim, as mudanças foram insuficientes, não atenderam o país como um todo e mantiveram o modelo dual de educação com a formação acadêmica através do ensino médio secundário, que atendia precariamente as “camadas médias” de um lado e do outro o ensino profissional, que preparava “alunos de baixa renda” para ocupações nos setores modernos da economia. Realmente, constata-se que entre 1935 e 1950, enquanto o ensino médio secundário evoluiu sua matrícula em 333%, o ensino profissional evoluiu apenas em 140%. E ainda em 1950, 50% dos jovens com 15 anos ou mais eram analfabetos (ROMANELLI, 2002, p. 62). Na verdade, conforme Censo Demográfico, 56% da população brasileira era analfabeta em 1940. Esse percentual diminuiu para 50% em 1950 e para 39,6% em 1960.

Portanto, a expansão de oportunidades educativas, naquele período, se caracterizou pela desigualdade, vindo a atender às expectativas da classe média e privilegiada da sociedade, excluindo direitos da classe popular trabalhadora.

Com método inovador, mas com feições populares, vale lembrar aqui a campanha de alfabetização “de pé no chão também se aprende a ler”, técnica didática criada por Paulo Freire em 1961, inovando a educação no país; e a criação do Conselho Federal de Educação (1962), cumprindo o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ainda em 1962, é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no método de Paulo Freire. Em 1964, como um balde de água gelado imenso, um golpe militar aborta e congela todas as iniciativas de revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram comunizantes e subversivas. Esse passo dado para trás nos tomará quase 20 anos de efetiva construção educacional.

Numa outra direção, o governo militar de 1964 terá novos planos para a educação do país, com uma visão mais objetiva e utilitária, a gerar uma posterior metodologia tecnicista e liberal da educação, em métodos onde esta seria concebida somente enquanto formadora de trabalhadores, desapropriada de qualquer função emancipatória ou filosófica. É nesse sentido que o país assinará convênios com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), os conhecidos acordos MEC-USAID, implementados no nosso país seguindo a base normativa da Lei 5.540/1968. Na verdade, tais acordos de cooperação foram fechados secretamente anos antes, mas só se tornaram públicos em novembro de 1966, após intensa pressão política e popular. Implantados como reformas do ensino básico, em verdade representavam adequação a modelos impostos pelos Estados Unidos ao Brasil, que se obrigava à contratação de assessoramento americano e à obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa desde as séries iniciais. Para a oposição, a proposta real era a de privatizar a escola pública. Implantados no mesmo compasso em que o país sofria o impacto dos intragáveis Atos Institucionais dos primeiros anos do regime militar, os acordos impunham ao sistema educacional a retirada de disciplinas como Filosofia, Latim e Educação Política.

Pressionado pela opinião pública, o governo criou em 1968 um grupo de estudos encarregado de reformar o programa do acordo, abasileirando-o. Todavia, essa comissão não retirou dele o espírito repressor e ordenador de todas as obrigações alinhadas com as recomendações da política norte-americana. Em especial, caberia ao novo ensino superior do país forjar o quadro técnico profissional que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política externa de Washington. Naturalmente, a mesma lógica de acompanhamento que acompanhou os desdobramentos do golpe político de 1964 chegava às estruturas educacionais do país, com seus modernos mecanismos de poder da lógica capitalista:

os processos de expansão territorial foram e continuam sendo nodais para a lógica capitalista. Se, no colonialismo histórico, a rapina dos recursos naturais legitima-se pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto atual, vigem outros mecanismos de poder que garantem a continuidade da expropriação. (ASSIS, 2014, online)

Na política internacional, é fato consensual a compreensão de que a institucionalização da cooperação internacional remonta ao pós-guerra, com o esforço de reconstrução dos países afetados pelas consequências bélicas. Um desses esforços se reflete no chamado Plano Marshall, que se resume a um Programa de ajuda econômica dos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental com o intuito de recuperá-los após a 2ª Guerra Mundial. Essa mesma

compreensão se estendeu numa relação norte-sul, entre Estados Unidos e países latino-americanos, que os atendia numa relação internacional alegando uma política a favor da promoção do bem-estar social e da mitigação de desigualdades socioeconômicas na região

Com os acordos USAID-MEC e outros convênios, buscou-se aprofundar o planejamento e a execução de projetos e parcerias em conjunto, envolvendo técnicos peritos, equipamentos específicos, treinamento, orientação, estudos, pesquisas e material bibliográfico. Esse modelo, de cooperação técnica internacional, acaba se tornando muito antes uma ajuda internacional voltada para a difusão de modelos de organização política, econômica e social, com a implicância de um modelo ideológico imanente, do que antes uma cooperação técnica de fato, com efetivo intercâmbio e desenvolvimento conjunto de conhecimentos, a favor da promoção do progresso humano e da mitigação de desigualdades socioeconômicas nacionais. É preciso raciocinarmos que, nos anos 60, já estaremos no âmbito da Guerra Fria e das disputas ideológicas com amplidão na política internacional.

Sob a influência dos técnicos americanos é que nasce a nossa Pedagogia Tecnícista. Na lógica política do governo autoritário de 1964, a Escola Nova e toda tendência anterior, contemporânea aos governos de João Goulart ou anteriores, e que dessem margem à reflexão e a um ensino crítico, tornaram-se sem eficiência. Dessa forma, caberia instituir uma metodologia tecnicista e liberal da educação, onde esta seria concebida somente enquanto formadora de trabalhadores, desapropriada de sua função emancipadora e reflexiva. Em oposição à escola Nova, a educação e seus frutos se apresentariam como produto, em um mundo altamente competitivo. Dessa forma, o tecnicismo transforma professores e educandos em meros executores e receptores de projetos, elaborados de forma autoritária e sem necessário vínculo com o contexto social. No tocante à educação para a indústria, onde o tecnicismo foi largamente aplicado, ele se casa com as lições de produtividade de Frederick Taylor (1856-1915), com ênfase nas tarefas, no aumento da eficiência e no foco operacional.

4. O COLONIALISMO NA CONFORMAÇÃO DAS CLASSES DOMINADAS

Certamente, o olhar crítico enxerga que a verdadeira pretensão do método, com ascendência americana, era deixar o operário submisso à máquina e às condições subalternas de trabalho oferecidas pela rotina da fábrica. Dessa maneira, conhecendo apenas as tarefas realizadas por sua máquina, isso significava conhecer apenas o que se ensinava no treinamento padrão oferecido pelo patrão. A intenção dos donos dos meios de produção foi

manter o controle de tudo e de todos, mantendo-os num comportamentalismo livre de possíveis atos de rebeldia, de insubmissão operária. A capacidade de decisão do trabalhador sobre seu bem produzido foi limitada por uma classe que tinha como missão aumentar o abismo existente entre ela e os trabalhadores. Assim como se fazia com os sindicatos (como citamos alguns parágrafos acima), desarticulando-os com o sistema federativo, também se praticava com os operários a mesma lógica de desarticulação; de modo que, dentro das normas consensuais dessa lógica colonialista, para qualquer manifestação dos trabalhadores, as classes dominantes reagem com o máximo de intolerância, para mantê-los submissos e desorganizados. Nessa metodologia tecnicista e utilitarista, a ação pragmática afugenta qualquer reflexão contra produtiva, fazendo da classe trabalhadora uma mera reprodutora da ordem estabelecida

Ainda sobre o inegável vínculo de filiação colonialista cada vez mais estreitado entre o governo brasileiro e o americano ao passar das décadas, observa-se um aprofundamento das relações no período do regime militar, embora já nos anos de 1940 ressoem indícios de que exista um imanente doutrinamento na arquitetura da propalada cooperação internacional. Não é nossa pretensão, nesse texto curto, fazer análises mais apuradas sobre essa cooperação, mas observa-se que, já no governo Vargas, a opção por uma estratégia de industrialização em substituição à de importações já é um grande indício. Isto talvez ajude a explicar os motivos por que pouco fizeram em prol do ensino primário, possivelmente por entender que este não servia aos objetivos da industrialização.

Sobre sua relação com as classes dominadas, reiteramos que, buscando satisfazer os dois lados, e agradar ao grosso das massas demográficas, a política utilizada pela Era Vargas foi denominada de "populista". Com essa visão populista, assinalamos novamente que Vargas acatou a institucionalização de vários benefícios para o proletariado, como o 13º salário, o auxílio-desemprego, a licença maternidade, o salário mínimo e outras leis trabalhistas que, compondo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), hoje beneficiam milhões de trabalhadores. Não se tratava de povo no governo, mas de manipulação do povo para benefício do próprio líder carismático e das elites exploradoras, que se beneficiariam com essa conformação orquestrada. Pelo lado do Estado, liberal, burguês e populista, interessava o apoio da elite e a convivência pacífica com a população, enquanto buscava desenvolver um capitalismo industrial nacional ancorado num processo de substituição de importações. Como num movimento crescente de ajuste às ebulições da política internacional, é no âmbito da 2ª Guerra Mundial que o país ajusta o foco com a parceria americana nos anos de 1940. Ao que podemos perceber, foi superando um período de tensão e de ambiguidades que o governo de

GV estabelece relações mais alinhadas com o colonizador americano, a começar pela parceria na criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941.

Dos períodos de tempo analisados, observamos que há evidências de que a população é tomada pelos agentes desse processo de colonização como classes inferiores que necessitam da tutela e da orientação desses agentes, sem questionamento. Num primeiro momento, manobrado com o populismo de Getúlio Vargas, perdendo direitos e recebendo autoritarismo a partir de 1937, sendo relegado à submissão por um sistema educacional que só privilegia a elite, frente à densidade demográfica de analfabetos. Num segundo momento, tomado como cliente obrigatório de uma indústria educacional que o quer somente como operário, como agente de operações pré-estabelecidas, sem direito a reflexões ou filosofia humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um texto é um desafio. A nosso ver, não há uma conclusão definitiva, mas contextual, a partir da visão de quem escreve e lê. Isso é enriquecedor.

Qual o propósito desse texto? Ao realizar essa breve pesquisa teórica, pretendemos, dentre outras coisas, advogar em favor de uma luta contrária à expropriação capitalista que, no nosso meio social e político, refaz o espírito predador e pernicioso que marcou os tristes episódios de injustiça da História humana, o espírito implacável do colonizador, com a sanha de nos negar, na atualidade, a consciência de classe, a justa distribuição das riquezas, a reflexão sobre os direitos usurpados e a reconquista da cidadania. No ensejo, a análise também nos permite desfazer algumas características, historicamente reforçadas, do “mito” Getúlio Vargas, assim considerado por alguns brasileiros(as), para lembrar um vocábulo retomado agora, 90 anos depois, pelas massas alienadas, como se a história quisesse fazer o leitor crítico se obrigar a buscar entender melhor como fica o povo brasileiro no tabuleiro político do poder, nos dias atuais. De mitos, a história está cheia, a mitologia grega que nos diga. Não sendo, porém, nem racional nem verdadeiro, o mito não obedece a lógica nem da realidade objetiva nem de teorias científicas. Trata-se de uma verdade imaginada, que dispensa provas para ser aceita. Noutras palavras, pode ser pura ficção.

Conforme abordado, o texto revela um cenário político cíclico. Noutras palavras, a existência da luta de classes no Brasil, em contraposição expressa um ciclo de poder e subalternidade, com implicações globais, nos termos a seguir:

1. Reinvenção dos modos de colonização; 2. Agravamento das crises socioeconômica e política; 3. Mobilização e organização social; 4. Conquista de alguns direitos sociais, nos anos de 1930; 5. Repressão e autoritarismo que recrudescer a cada novo governo;

Como resultado, as classes dominantes saem reiteradas vezes vitoriosas. Afinal, quais as razões que mantêm as classes oprimidas na subalternidade, alijadas do poder político no Brasil? O que nos conforma a sermos um povo subalterno?

Não temos o objetivo de responder diretamente essas questões. Contudo, a leitura bibliográfica, que subsidiou nosso ensaio, nos inspirou às reflexões seguintes:

1. Há uma política de educação que reforça a dependência e a submissão dos oprimidos;

2. Há a inexistência de consciência de classe e organização social consistente dos dominados.

Observamos também, pelas parcerias estabelecidas – em que exemplificamos com a parceria americana para a criação da primeira Usina Siderúrgica Nacional nos anos de 1940, e com os acordos MEC-USAID e a cooperação para a implantação da Pedagogia Tecniciста –, que há, da parte da matriz capitalista, um interesse suspeito e extravagante, na medida em que suscita movimentos para que seja anulada qualquer ação que venha comprometer o processo de manutenção do sistema capitalista. Se isto não é verdade, então por que a proposta de uma Educação Politécnica, proposta em voga nos anos de 1960, foi rechaçada pelos técnicos do regime de 1964, preterido em favor da pedagogia tecnicista? Provavelmente porque era uma metodologia com viés socialista, e que estaria desarticulada com os interesses principais do capitalismo. Dessa forma, concluímos que estas são estratégias históricas da matriz colonizadora, a se repetir na tutela das populações desses países da periferia do sistema que, demograficamente alienados, devem existir apenas para fins de reprodução da ordem capitalista e afastar, por completo, a ideia de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Caderno CRH [online]. 2014, v. 27, n. 72 [Acessado em 20 Junho 2021], pp. 613-627. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>>. Epub 05 Feb 2015. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. **Documento-base**. Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio. Brasília, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

ROMANELLI, Otaísa de O. **História da educação no Brasil (1930 a 1973)**. Petrópolis RJ :Ed. Vozes. 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Colonialismo e o século XXI*. 2019. Disponível em <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi>>. Acesso em 30 de Junho de 2020.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

SCHAWRCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.